O *negro na história do rio Grande do Norte: Educação das relações étnico-raciais através da história local*

DANIEL LUIZ SOUSA DE LIMA*

Trabalhar com as relações étnico-raciais é um grande desafio, sobretudo no Rio Grande do Norte onde historicamente trata-se como irrelevante a presença ou a expressividade de negros e índios nas narrativas da história do RN. Consideramos a História como uma das agentes desse distanciamento, principalmente porque estudamos em sala de aula uma história que valoriza muito mais processos históricos e culturais ligados a raízes europeias.

No Rio Grande do Norte temos uma população, segundo o Censo do IBGE de 2010, com mais da metade de negros, porém quando olhamos para nossa historiografia há um "apagamento" da memória desse povo, a escrita da nossa história não traz o povo negro como real constituinte da formação da sociedade norte rio-grandense. Temos o consenso de que não tivemos uma presença maciça de negros ou que a sua presença foi irrelevante, ficando de fora de quase todas as narrativas históricas. Não há diretrizes no âmbito educacional do Estado que leve-nos a pensar a questão da formação multiétnica da população, a escrita da nossa história tratou de apagar a participação de outras matrizes étnica.

Portanto consideramos o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira relevante não só para a população negra, mas para todos os brasileiros, pois para a formação de cidadãos atuantes é necessário situa-los na sociedade multicultural e pluriétnica para que se construa uma nação realmente democrática. Sabendo que uma das funções principais da educação básica é a formação cidadã e entendendo que um cidadão tem que reconhecer as diversas formas de perspectivas culturais que o cercam, faz-se necessário que os alunos compreendam as variadas contribuições para a sociedade brasileira.

---

* Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira e mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória.

Dessa forma:

> Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. (BRASIL, 2013, p. 499)

Partindo de uma demanda do Movimento Negro, principalmente a partir da década de 1970, há hoje uma legislação que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, inicialmente a 10.639/03 e posteriormente a lei 11.645/08 que inclui a educaçao da História e Cultura Indígena na educação básica pública e privada.

As lutas do movimento negro a partir da década de 1970 são bastante variadas, mas vale destacar a luta por uma política de identidade e reconhecimento dos negros e pela inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira além da revisão dos livros didáticos e a atenção para a visão estereotipada dos negros que os livros pudessem trazer, fazendo a modificação por imagens e textos que promovam a autoestima e o orgulho dos negros.

Assim a educação das relações etnico-raciais é uma obrigatoriedade, mas “não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano” (BRASIL, 2013, p. 503). A ideia é ampliar os currículos para que se tenha uma dimensão da diversidade brasileira, seja ela racial, cultural, social ou econômica. Sendo atribuído aos estabelecimentos de ensino “a responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira”. (BRASIL, 2013, p. 503). E assim chegar ao que se propõe na Constituição: “valorização da diversidade étnica e regional” (BRASIL, 1998).

É importante lembrar que a ideia não é simplesmente pensar a questão da cultura afro-brasileira pelo viés africano, como algo estanque e cristalizado, devemos também considerar o caráter de transformação, assim:

> “Propor a ideia de uma cultura afro-brasileira a partir dos resíduos africanos que permaneceram, se por um lado pode facilitar as avaliações simplistas sobre a resistência, por outro acaba desprezando o potencial

> de criatividade e transformação dos escravos e seus descendentes" (in: ABREU; DANTAS; MATTOS. 2012, p. 127)

É comum encontrar estudantes que, de certa forma, tentam se distanciar de uma identidade negra, e aqui consideramos que o silenciamento na história é causador desse distanciamento. Dessa forma devemos pensar, como os negros são vistos no livro didático? Trabalhar a partir da perspectiva do coitadinho é favorável ao aluno negro? O branco é sempre o herói, o bonito, o bom. Se continuarmos mostrando os negros como inferiorizados que foram explorados pelo "esperto" homem branco sempre teremos imagens negativa acerca desse povo e uma dificuldade de criação de identidades positivas. Então:

> "Com isso, os alunos negros irão conhecer um pouco mais sobre seus descendentes e assim assumir sua negritude, afinal, muitos negros não assumem ser negros porque sentem vergonha de um povo que é visto nos livros didáticos e em toda a sociedade como um "povo escravizado, como vítimas de castigos horríveis, como coitado, como miserável [...] que criança negra sentirá orgulho de sua etnia." (CASAROTO e SANTOS, 2008, p. 1438 apud SEED, 2006, p.23).

Porém devemos pensar que a disciplina de História não é mais uma disciplina meramente memorialista, a discussão agora é sobre ela ser responsável, também, pela formação de uma identidade nacional, e que se lembre que essa identidade está longe de ser algo homogêneo, mas há uma entendimento que deve-se valorizar o pluralismo e o caráter multicultural, em detrimento do discurso "hegemônico europeizante".

É inegável que o eurocentrismo permeia os livros didáticos e ávidos pela conclusão dos conteúdos não percebemos quanto eles nos distanciam ainda mais da formação de uma identidade de diferentes raízes étnicas. Segundo CAVALLEIRO (2001 p. 67):

> No que tange ao livro didático, denunciaram-se a sedimentação de papéis sociais subalternos e a retificação de estereótipos racistas, protagonizados pelas personagens negras. Apontou-se a medida em que essas práticas afetavam as crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo auto-estima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas do sujeito negro, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando possibilidade exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural. No que se refere aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a ausência dos conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e à história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial. (Apud BONILHA, 2012, p.53)

A construção da História do Brasil traz uma perspectiva eurocêntrica do mundo, principalmente por centrar suas análises numa história do país como uma continuidade do projeto de nação português. Portanto: "em sua gênese, a história do Brasil, como nação, foi marcada por uma leitura eurocêntrica do mundo." (COSTA, 2012, p.199)

Ao contar nossa história notamos uma ausência de outros povos como os indígenas e negros, dificultando que o aluno compreenda que a sociedade brasileira é constituída por diversos grupos etnico/raciais diferentes e que possuem histórias diversas, então, não havendo um reconhecimento nem valorização da história e cultura afro-brasileira.

Consideramos aqui que a criação de uma identidade não está somente presa ao discurso de raça. Sabemos que biologicamente ele não é mais aplicado porém hoje é utilizado como um conceito cultural, e apesar de sabermos não existir "raças humanas" ainda existe racismo e para Munanga (2012) o racismo existe na cabeça dos racistas e também das suas vítimas. Alguns acreditam que o sentimento de identidade negra no Brasil é prejudicial, pois substituiria o sentimento de "brasileiro". Esse discurso é intencional e histórico, onde o negro foi e é marginalizado, sobre isso afirma:

> Quando os negros, através de suas entidades sociais, falam de sua identidade que deve passar pela negritude, a elite através de seus intelectuais orgânicos os criticam dizendo que eles querem dividir o Brasil, pois "nossa" identidade é única e mestiça (ver a respeito o livro *Divisões Perigosas*). Essa crítica tem a ver com o fato de não existir um discurso político sobre a identidade branca apesar de esta existir tacitamente, pois todos têm consciência das vantagens que a branquitude lhe oferece nesta sociedade! (MUNANGA, 2012, p. 13)

Dessa forma faz-se necessário pensarmos a história plural, que não privilegie somente uma visão, para que o estudante consiga conviver de forma harmoniosa além de compreender o outro em sua diversidade fortalecendo assim os laços de identidade bem como o de alteridade.

Questiona-se a necessidade de mudanças dos currículos, que possibilitem os negros a se verem na construção dos diversos conhecimentos e principalmente da nação brasileira. Assim a Lei 10.639/03 vem como uma necessidade para que essa visão possa ser colocada em prática. Como a Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003 coloca como objetivo geral da implementação da Lei

> Promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas. (BRASIL, 2008, p. 12)

Assim os negros podem se reconhecer na cultura nacional bem como nas diversas áreas de conhecimento e de certa forma visando o ressarcimento nos danos causados pela escravidão. Reparação de políticas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios para grupos governantes, no pós abolição. Reconhecendo, como afirma as DCNs das Relações Étnico Raciais, que educar para as relações étnico-raciais não é educar só para os negros, ou tentar "trocar" a história "oficial" pela história dos negros, é reconhecer que existe uma história que foi silenciada. E sabemos o quanto esse silenciamento é prejudicial, segundo AZEVEDO (2011. p.6): “O silenciamento, por vezes observado, resulta destrutivo para a autoestima de determinadas crianças, que não se vêm representadas em textos, atividades e valores na instituição em que passa grande parte do seu dia.”

Entende-se também que a escola não é o local onde o racismo e a discriminação surgem, porém muitos destas ações perpassam o ambiente escolar, dessa forma, educar para as relações étnico-raciais é importante para que se chegue a uma sociedade mais justa.

Contudo é necessário que se revise os currículos principalmente da disciplina escolar História. Ainda utilizamos o modelo de divisão da História Quadripartite como: Antiga, Idade Média, Moderna e Contemporânea; todas vistas pela perspectiva europeia, e a história de outros povos vista “como apêndices, geralmente, passando a fazer parte da narrativa histórica a partir de seus contatos com os europeus.” (LUCA, MIRANDA, 2004, P.139 apud ROZA, 2014 p.57).

De toda forma, não se trata apenas de incorporar os negros na história ou nos livros didáticos, a presença deles não configura uma novidade, mas se trata de como eles aparecem, de dar uma visão positivada, pois esse geralmente é apresentado como escravo ou como vítima na sociedade atual: “a presença de pessoas negras é retratada sob uma ótica que as colocam sempre na condição de permanente marginalidade, a partir da

anterior condição de seus antepassados escravizados." (ROZA, 2014, p.59). Além disso segundo BRANCO (2005), ainda há correntes afirmando que a escravidão era necessária para a América, por não ter mão de obra suficiente para o serviço. Portanto esse tipo de abordagem naturaliza a instituição da escravidão, coloca como se fosse algo neutro e "produto da evolução da humanidade", explicando simplesmente pela existência de pessoas não europeias que podiam ser escravizadas.

Apesar de termos tido um aumento nos estudos sobre a África e afro-brasileiros no Brasil, segundo COSTA (p.136, 2012): "A escrita da história da África e dos Afro-brasileiros tem mobilizado os meios acadêmicos nas últimas décadas" aqui no Rio Grande do Norte a historiografia, talvez tenha sido ainda mais prejudicial para uma formação identitária positiva para os negros, principalmente porque é comum afirmar que no estado não houve uma presença de negros tão relevante, como afirma Cascudo (1955, p.47): "O elemento negro não fora decisivo ou indispensável no trabalho da agricultura ou pecuária". Mas como diz a professora Julie Cavignac:

> "No entanto, quando examinamos de perto a tradição oral, verificamos a existência de elementos recorrentes que, apreendidos conjuntamente, terminam por informar sobre um passado que não foi registrado nos livros de história." (CAVIGNAC, 2003, p.2)

Dessa forma percebemos alguns aspectos que nos fazem pensar sobre esse processo histórico que está sendo silenciado. Temos, segundo o último censo do IBGE em 2010, 3.168.027 habitantes no nosso Estado dessas 1.662.645 (52,48%) se consideram pardas e 166.090 (5,24%) são pretos, ou seja, temos uma população de negros maior que a metade no Estado, além de diversas comunidades quilombolas e aspectos culturais muito presentes como a capoeira, o candomblé e as danças típicas criadas aqui como o coco de roda, por exemplo. Dessa forma temos uma questão central que seria: Como construir uma imagem positivada e possibilitar o reconhecimento de uma identidade negra no Rio Grande do Norte através da História? Pois acredita-se qui que a História é a principal agente dificultadora dessa identidade. Daí se desdobram outras questões: Como demonstrar as contribuições do povo negro na construção social e cultural do Estado? Como desconstruir estereótipos e preconceitos através da valorização de uma identidade positiva dos negros? Como apresentar uma imagem positivada do negro na sociedade norte riograndense? Como contribuir com o processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida?

Na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte existe a obrigatoriedade do ensino de Cultura do Rio Grande do Norte: “As escolas públicas, de primeiro e segundo graus, incluem entre as disciplinas oferecidas o estudo da cultura norte-rio-grandense, envolvendo noções básicas da literatura, artes plásticas e folclore do Estado.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1989). Inicialmente, antes mesmo da LDB, segundo SILVA (2015, p. 42), existia um parecer que estabelecia a parte diversificada do currículo estadual, essa parte deveria ser executada em uma perspectiva interdisciplinar. E nos anos 2000 é instituído o Ensino de "Cultura do RN" e “Economia do RN” ficando a cargo principalmente, respectivamente, das disciplinas de História e Geografia que disponibilizava uma aula na carga horária.

Quanto a criação da disciplina segundo SILVA (2015), um dos objetivos principais era:

> Perceber que ensinar e aprender sobre a Cultura do RN tem por objetivo a produção e divulgação de conhecimentos e valores locais, relativos à formação de identidade de um povo... reconhecer valorizar e respeitar a diversidade étnica e cultural na formação da identidade potiguar (SILVA, 2015, p. 48)

Além da criação da disciplina o Estado também faz indicação do que é a cultura do RN através das Diretrizes Curriculares da disciplina, e os conteúdos parece ser bastante aberta, ficando a cargo da escolha do professor. E há uma permissão nas diretrizes de ampliação do que pode ser trabalhado em questões culturais, porém vincula a disciplina ao livro "Introdução à Cultura do Rio Grande do Norte" escrito por Deífilo Gurgel, Tarcisio Gurgel e Vicente Vitoriano, que utiliza-se da ideia do mito das três raças para explicar a formação cultural do Estado transformando tudo em uma identidade potiguar homogênea. Esse livro foi distribuído nas escolas estaduais, dessa forma ficando o referido livro como o único livro didático e muitas vezes a única fonte que o professor tem a seu alcance.

Dessa forma podemos perceber que a criação da disciplina está ligada a construção da identidade do povo potiguar, porém, uma identidade que parece estática e acabada, não abrindo espaços para outras.

Em documento de 2009 “Informe Sobre Políticas E Movimentos Negros Rio Grande Do Norte” da CEAFRO, é atribuído a Câmara Cascudo o fato do estado ser conhecido nacionalmente como uma região com presença insignificante de negros e índios. Dessa forma o documento ainda afirma:

> A negação da própria existência dos negros e negras, segundo entrevistados, dificulta o seu processo identitário, embora seja marcante a presença das culturas negras no estado. A capoeira, o boi calembá, o congo, assim como os quilombos e as religiões de matrizes africanas expressam uma cultura negra viva e pulsante, mesmo com a existência de uma ideologia que tenta negar a existência das influências afro-ameríndias. (CEAFRO, 2009, p.8)

A professora Cavignac coloca:

> Enfim, a figura de Luís da Câmara Cascudo, ainda muito presente hoje, parece ter impedido o aparecimento de outras pesquisas, pois o escritor incansável abordou todos os temas – sem, portanto, dedicar-se ao estudo com o rigor esperado na academia - imprimindo duravelmente sua marca, sem realizar, sistematicamente, investigações empíricas. Como principal consequência desta herança, deparamo-nos – até hoje! - com um assunto 'tabu' em nível local: a questão étnica. (2003, p.4)

Sabemos que o Rio Grande do Norte não teve um número expressivo de escravos, e que só no século XIX essa demanda aumentou, mas foi construída uma imagem da escravidão no Estado em que esse era amigo do seu senhor, principalmente nas relações da pecuária, passando a imagem de um senhor benevolente:

> "A vida do vaqueiro predispunha à democratização. Ignorava-se no sertão o escravo faminto, surrado, coberto de cicatrizes, ébrio de fúria, incapaz de dedicação aos amos (...) criou o negro solto pelo lado de dentro, violeiro, sambador, ganhando dinheiro, alforriando-se com a viola, obtendo terras para criar junto ao amo, seu futuro compadre..." (CASCUDO, 1955, p.46)

Cativos que viviam num mundo democrático, escravos porém livres, passivos à decisão do homem branco: "quanto à miscigenação negra, essa ocorreu com bastante facilidade, devido à preferência do branco pelas negras, cabrochas e mulatas..." (MARIZ E SUASSUNA, 2005, p. 184).

Cascudo continua sendo parâmetro para escrita de livros de História do RN assim como para produção de materiais que chegam as escolas, mesmo com o crescimento das pesquisas sobre a História e com a ainda modéstia, mas significativa pesquisa sobre negros e escravos no Estado, ainda não tem sido suficientes para que essas questões sejam discutidas, principalmente na educação básica, que é onde ocorre o processo de formação identitária.

Então, há uma necessidade de se levar essas questões para sala de aula de forma problematizada e uma das dificuldades é justamente a dificuldade de encontrar trabalhos referentes a temática dos negros relacionados a disciplina de História. Portanto é de suma importância para que possamos ter uma visão positivada do negro no Rio Grande do Norte, e tentar através da educação diminuir as desigualdades que existem.

Percebemos que a historiografia ainda é um empecilho no que diz respeito a construção de identidades, como se reconhecer ou valorizar algo que se tem negado a participação na história? "Não querem ser classificados, com toda razão, como 'negros' ou 'índios', categorias que não correspondem a nenhuma história, exegese ou experiência própria ao grupo." (CAVIGNAC, 2003, p.6).

A disciplina escolar história tem servido ao longo do tempo como possibilidade de formação de identidade e de cidadania. No século XIX e uma parte do XX a disciplina tinha como fundamento transmitir conteúdos para formar cidadãos patrióticos e nacionalistas e assim tinha como objetivo dar uma noção de identidade homogênea, ou seja, um só tipo de cidadão, uma formação identitária que não permite outras. Porém a disciplina de história também se modifica ao longo do tempo e o entendimento dos seus objetivos também, e hoje "um dos objetivos centrais da História é fornecer elementos que permitam os alunos a formação de identidade múltiplas" (ROCHA, 2009, P.106). Portanto não pensamos identidade como algo homogêneo, estanque, hoje pensamos em "identidades" abrindo a possibilidade para que diversas vozes se estabeleçam, dessa forma o cidadão é aquele que reconhece e valoriza a diversidade. Dessa forma devemos pensar em um ensino de História que "comprometido com a realidade do aluno, com a formação de uma consciência crítica e com o preparo do homem para o presente" (FAGUNDES, 2006, p. 128).

Partindo de uma perspectiva local, consideramos que a História Local pode ser extremamente útil para a proximidade do aluno as questões históricas e assim levar os "sujeitos a pensarem historicamente, a constituírem uma consciência histórica, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo." (CAIMI, 2010, p.59), assim podemos levar em consideração a noção de Bloch da "necessidade de construir problemas a partir de inquietações do presente" (2001, apud, ROCHA, 2009, p.107).

Portanto, faz-se necessário que haja uma nova postura diante desse processo no Estado, para que tanto alunos negros como não negros possam reconhecer e, sobretudo, se reconhecer em aspectos ligados a identidade do povo negro. A construção da História do Brasil é pensada de forma unilateral, da não diversidade, assim como a História do Rio Grande do Norte. Existe uma ausência de determinados povos, negros e indígenas, como

disse CAVIGNAC (2003, p.1): “um passado que não foi registrado nos livros de história” Por isso se faz necessário que o tema seja abordado, e partir de uma questão local, que tem tantos impactos na vida dos alunos e tentar desconstruir os estereótipos e estigmas que carregam os negros no RN, principalmente ligados a aspectos culturais, tentar fazer com que povos apagados e “sem história” possam enfim reconhecer os processos históricos que nos trazem até hoje.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Uma conversa com professores de história sobre as "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história na educação básica.** SABERES, Natal – RN, v. 2, n.esp, jun. 2011. Disponível em: http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/index.

BONILHA, Tamyres Proença. **O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira.** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. Campinas, 2012.

BRANCO, Raynette Castello. **O negro no livro didático de história do Brasil para o ensino fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife.** Recife. 174p. – Dissertação de mestrado – CE Educação – Universidade Federal de Pernambuco.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003.** Brasília: MEC, UNESCO, 2008

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DISEI, 2013.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

CAIMI, Flavia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo. In: BRASIL. **Coleção explorando o ensino de História.** Brasília: MEC, SEB. 2010.

CASAROTO, Karine. SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Algumas reflexões sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e aftricana.** In: VIII Encontro Nacional de Educação. PUCPR. Curitiba. 2008

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: MEC/ Serviço de documentação, 1955.

CAVIGNAC, Julie. **A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte.** Mneme – Revista de Humanidades/UFRN. Rio Grande do Norte, v.4, n.8, abr/set. 2003.

CEAFRO, CEAO-UFBA. **Informe sobre políticas e movimentos negros no Rio Grande do Norte Disponível em:** http://www.ceafro.ufba.br/web/arquivos/publicacoes/Informe_Rio_Grande_do_Norte.pdf.

COSTA, Warley da. **Currículo e produção da diferença: "negro" e "não negro" na sala de aula de história**. Rio de Janeiro. 302p. Tese de doutorado – Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FAGUNDES, José Evangelista. **A História local e seu lugar na História: histórias ensinadas em Ceará-Mirim.** Natal-RN. 194p. Tese de doutorado – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo. **História do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Natal/RN, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude ou identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista da ABPN, v. 4, n. 8, p. 06-14, jul.–out. 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.** Natal, 1989. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70437/CE_RioGrandedoNorte.pdf?sequence=1

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. **Seleção de conteúdos e procedimentos no ensino de História.** In: ANDRADE, João Maria Valença de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (org.). História ensinada e a escrita da História. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN. 2009.

ROZA, Luciano Magela. **A História afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos.** 2014.

SILVA, Katiane Martins Barbosa. **Os usos e funções do ensino de História a partir da disciplina "Cultura do RN" (2007 a 2013).** 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.